MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS – CAEd
SUBDIVISÃO DE ACESSIBILIDADE

LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

DECRETO Nº 11.542, DE 1º DE JUNHO DE 2023: Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de produzir subsídios para a elaboração da proposta do Plano Nacional de Inclusão Digital.

Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11542.htm

DECRETO Nº 11.534, DE 19 DE MAIO DE 2023: Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de elaborar proposta do Plano de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação na Administração Pública Federal.

Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11534.htm

LEI Nº 14.583, DE 16 DE MAIO DE 2023: Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14583.htm

DECRETO Nº 11.525, DE 11 DE MAIO DE 2023: Regulamenta a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. (acessibilidade física, atitudinal e comunicacional, e ações afirmativas)

Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11525.htm

LEI Nº 14.557, DE 25 DE ABRIL DE 2023: Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Distrofia Muscular de Duchenne e a Semana Nacional de Conscientização sobre a Distrofia Muscular de Duchenne. (dia 7 de setembro)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14557.htm

DECRETO Nº 11.487, DE 10 DE ABRIL DE 2023: Institui o Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Decreto/D11487.htm

DECRETO Nº 11.442, DE 21 DE MARÇO DE 2023: Institui Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11442.htm

DECRETO Nº 11.406, DE 31 DE JANEIRO DE 2023: Institui o Conselho de Participação Social da Presidência da República. (Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11406.htm

LEI Nº 14.533, DE 11 DE JANEIRO DE 2023: Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. (englobando tecnologia assistiva, adoção de critérios de acessibilidade, inclusão dos estudantes com deficiência)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm

DECRETO Nº 11.341, DE 1º DE JANEIRO DE 2023: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. (Secretaria e Conselho Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência)
Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11341. htm

LEI Nº 14.370, DE 15 DE JUNHO DE 2022: Institui o Programa Nacional de

Prestação de Serviço Civil Voluntário e o Prêmio Portas Abertas. (atividades de interesse público para pessoas com deficiência, com bolsa cumulativa) Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Lei/L14370.htm

LEI Nº 14.338, DE 11 DE MAIO DE 2022
Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre a bula digital de medicamentos. (texto em áudio e/ou vídeo mediante o uso de aplicativo adequado)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14338.htm

DECRETO Nº 11.063, DE 4 DE MAIO DE 2022: Estabelece os critérios e os requisitos para a avaliação de pessoas com deficiência ou pessoas com transtorno do espectro autista para fins de concessão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis.
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11063.htm

DECRETO Nº 11.004, DE 21 DE MARÇO DE 2022: Regulamenta a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. (privilegiar entidades que atendam a pessoas com deficiência)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11004.htm#art32

LEI Nº 14.294, DE 4 DE JANEIRO DE 2022: Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14294.htm

DECRETO Nº 10.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021: Regulamenta o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10882.htm

LEI Nº 14.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021: Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14254.htm

LEI Nº 14.249, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021: Institui o Dia Nacional da Criança Traqueostomizada. (18 de fevereiro)
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14249.htm

LEI Nº 14.195, DE 26 DE AGOSTO DE 2021
Dispõe sobre a (...) profissão de tradutor e intérprete público, (...) e dá outras providências. (habilitar-se e registrar-se para um ou mais idiomas estrangeiros ou, ainda, em Língua Brasileira de Sinais (Libras)
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14195.htm

DECRETO Nº 10.770, DE 17 DE AGOSTO DE 2021: Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância. (casos de suspeita ou de confirmação de violência contra criança com deficiência, serviço de transporte escolar com acessibilidade)
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10770.htm

LEI Nº 14.190, DE 29 DE JULHO DE 2021: Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14190.htm

LEI Nº 14.126, DE 22 DE MARÇO DE 2021: Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14126.htm

DECRETO Nº 10.654, DE 22 DE MARÇO DE 2021: Dispõe sobre a avaliação biopsicossocial da visão monocular para fins de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10654.htm

DECRETO Nº 10.645, DE 11 DE MARÇO DE 2021: Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10645.htm

DECRETO Nº 10.610, DE 27 DE JANEIRO DE 2021: Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado

no Regime Público. (TUP adaptados para pessoas com deficiência visual, de locomoção, auditiva e de fala, acessível ao público vinte e quatro horas por dia)
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10610.htm

DECRETO Nº 10.570, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020: Institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Interministerial. (apoio do governo no cuidado das pessoas com deficiência por suas famílias)
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10570.htm

DECRETO Nº 10.559, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020: Institui o Prêmio de Acessibilidade no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Casa Civil da Presidência da República.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10559.htm

DECRETO Nº 10.558, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020: Institui o Comitê Interministerial de Doenças Raras. (Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10558.htm

DECRETO Nº 10.509, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020: Institui o Programa de Equipagem e de Modernização da Infraestrutura dos Órgãos, das Entidades e das Instâncias Colegiadas de Promoção e de Defesa dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (órgãos e entidades públicas de promoção e de defesa dos direitos humanos, conselhos estaduais, distritais e municipais de direitos)
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10509.htm

DECRETO Nº 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020: Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10502.htm

LEI Nº 14.062, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020: Institui o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME). (dia 8 de agosto) Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14062.htm

LEI Nº 14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020: Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a

emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14022.htm

LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020: Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. (dispensa sem justa causa do empregado pessoa com deficiência será vedada)
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm

DECRETO Nº 10.415, DE 6 DE JULHO DE 2020: Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10415.htm

DECRETO Nº 10.332, DE 28 DE ABRIL DE 2020: Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. (atingir 0,69 pontos no critério de acessibilidade de dados)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10332.htm

LEI Nº 13.985, DE 7 DE ABRIL DE 2020: Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13985.htm

DECRETO Nº 10.255, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020: Convoca a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10255.htm

DECRETO Nº 10.185, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019: Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. (tradutor intérprete de língua de sinais, transcritor e revisor de textos em braille)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm

DECRETO Nº 10.177, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019: Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10177.htm

DECRETO Nº 10.174, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. (Secretaria e Conselho Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10174.htm

LEI Nº 13.930, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019: Altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, para garantir aplicação de percentual dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde em atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13930.htm

DECRETO Nº 10.148, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019: Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. (garantir o acesso aos arquivos e às informações neles contidas)

Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10148.htm

DECRETO Nº 10.133, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019: Institui o Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável. (espaço com acessibilidade) Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10133.htm

DECRETO Nº 10.094, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019: Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10094.htm

DECRETO Nº 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019: Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. (reabilitação profissional que a pessoa deficiente obtenha e conserve um emprego)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm

DECRETO Nº 10.085, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019: Dispõe sobre o Programa Forças no Esporte - Segundo Tempo e o Projeto João do Pulo. (atendimento de pessoas com deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10085.htm

DECRETO Nº 10.056, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019: Institui a Comissão Nacional de Atletas. (Comitê Paralímpico Brasileiro)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10056.htm

DECRETO Nº 9.883, DE 27 DE JUNHO DE 2019: Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais afetados por discriminação e intolerância)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9883.htm

LEI Nº 13.846, DE 18 DE JUNHO DE 2019: Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13846.htm

DECRETO Nº 9.834, DE 12 DE JUNHO DE 2019: Institui o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. (saúde, automóveis,

tecnologia assistiva para pessoas com deficiência)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9834.htm

LEI Nº 13.836, DE 4 DE JUNHO DE 2019: Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13836.htm

LEI Nº 13.832, DE 4 DE JUNHO DE 2019: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para viabilizar a aplicação de recursos do Fundo em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, sem fins lucrativos, que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13832.htm

DECRETO Nº 9.791, DE 14 DE MAIO DE 2019: Aprova o Plano Nacional de Turismo 2018-2022. (permitir o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9791.htm

LEI Nº 13.830, DE 13 DE MAIO DE 2019: Dispõe sobre a prática da equoterapia. (método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13830.htm

LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019: Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm

DECRETO Nº 9.765, DE 11 DE ABRIL DE 2019: Institui a Política Nacional de Alfabetização. (particularidades da alfabetização nas diferentes modalidades especializadas de educação, identificação precoce de dificuldades de aprendizagem, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem)

Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm

DECRETO Nº 9.763, DE 11 DE ABRIL DE 2019: Regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. (acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9763.htm

DECRETO Nº 9.762, DE 11 DE ABRIL DE 2019: Regulamenta os art. 51 e art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes para a transformação e a modificação de veículos automotores a fim de comporem frotas de táxi e de locadoras de veículos acessíveis a pessoas com deficiência.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9762.htm

DECRETO Nº 9.706, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019: Concede indulto humanitário e dá outras providências. (por paraplegia, tetraplegia ou cegueira adquirida posteriormente à prática do delito ou dele consequente, por doença grave, permanente, que, simultaneamente, imponha severa limitação de atividade)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9706.htm

DECRETO Nº 9.690, DE 23 DE JANEIRO DE 2019: Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação. (garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9690.htm

DECRETO Nº 9.685, DE 15 DE JANEIRO DE 2019: Altera o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. (residência habitada por criança, adolescente ou pessoa com deficiência mental).Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9685.htm

LEI Nº 13.794, DE 3 DE JANEIRO DE 2019: Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade. (atuar nas áreas de educação, reeducação e terapia psicomotora, em clínicas de reabilitação ou em serviços de assistência escolar)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13794.htm

LEI Nº 13.778, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13778.htm

LEI Nº 13.769, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis nos 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13769.htm

DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018: Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. (Crianças e adolescentes com dificuldade de locomoção, usuários dos serviços rodoviários interestadual e internacional de transporte coletivo de passageiros, aprendizes com deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm

DECRETO Nº 9.571, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018: Estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9571.htm

DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018: Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.

Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9522.htm

LEI Nº 13.721, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018: Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que será dada prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13721.htm

DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018: Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.
Texto integral em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9508.htm

DECRETO Nº 9.475, DE 16 DE AGOSTO DE 2018: Altera o Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, que dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. (cadeira de rodas ou a outro equipamento de tecnologia assistiva de passageiro com deficiência ou com mobilidade reduzida embarcado)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9475.htm

LEI Nº 13.699, DE 2 DE AGOSTO DE 2018: Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz de política urbana que visa a garantir condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13699.htm

DECRETO Nº 9.451, DE 26 DE JULHO DE 2018: Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. (empreendimentos de edificação de uso privado multifamiliar serão projetados com unidades adaptáveis, com condições de adaptação)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9451.htm
LEI Nº 13.696, DE 12 DE JULHO DE 2018: Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. (inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto em acordos, convenções e tratados

internacionais)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm

LEI Nº 13.693, DE 10 DE JULHO DE 2018: Institui o Dia Nacional de Doenças Raras. (último dia de fevereiro)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13693.htm

LEI Nº 13.685, DE 25 DE JUNHO DE 2018: Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de agravos e eventos em saúde relacionados às neoplasias, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de malformações congênitas.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13685.htm

DECRETO Nº 9.405, DE 11 DE JUNHO DE 2018: Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no art. 122 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9405.htm

DECRETO Nº 9.400, DE 4 DE JUNHO DE 2018: Institui o Fórum Nacional de Ouvidores dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9400.htm

LEI Nº 13.656, DE 30 DE ABRIL DE 2018: Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União. (candidatos que pertençam a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13656.htm

DECRETO Nº 9.345, DE 16 DE ABRIL DE 2018: Altera o Regulamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, para dispor sobre as normas de movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de órtese e prótese pelo trabalhador com deficiência.
Fonte:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9345.htm
LEI Nº 13.652, DE 13 DE ABRIL DE 2018: Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo. (dia 2 de abril)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13652.htm

DECRETO Nº 9.319, DE 21 DE MARÇO DE 2018: Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. (disseminar as iniciativas de inclusão digital)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9319.htm

DECRETO Nº 9.296, DE 1º DE MARÇO DE 2018: Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. (acessibilidades em hotéis, pousadas e estruturas similares)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9296.htm

LEI Nº 13.585, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017: Institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. (21 a 28 de agosto) Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13585.htm

DECRETO Nº 9.235, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. (plano de garantia de acessibilidade)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm

LEI Nº 13.509, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017: Dispõe sobre adoção e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). (prioridade no cadastro a pessoas interessadas em adotar criança ou adolescente com deficiência, com doença crônica ou com necessidades específicas de saúde, além de grupo de irmãos).
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm

DECRETO Nº 9.160, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017: Institui o Plano Progredir. (ações de inclusão produtiva para pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal)

Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9160.htm

LEI Nº 13.472, DE 31 DE JULHO DE 2017: Institui o Dia Nacional de Combate ao Preconceito contra as Pessoas com Nanismo. (25 de outubro) Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13472.htm

LEI Nº 13.471, DE 31 DE JULHO DE 2017: Institui o Dia Nacional de Luta Contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). (21 de junho)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13471.htm

DECRETO Nº 9.099, DE 18 DE JULHO DE 2017: Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. (destinados aos estudantes e aos professores com deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm

LEI Nº 13.442, DE 8 DE MAIO DE 2017: Institui o “Dia Nacional do Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos”. (dia 19 de setembro)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13442.htm

DECRETO Nº 8.954, DE 10 DE JANEIRO DE 2017: Institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência e dá outras providências.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D8954.htm

LEI Nº 13.369, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016: Dispõe sobre a garantia do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências. (de acordo com as normas técnicas de acessibilidade, de ergonomia e de conforto luminoso, térmico e acústico)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13369.htm

LEI Nº 13.362, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016: Altera a Lei no 11.664, de 29 de abril de 2008, que "dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS", para assegurar o atendimento às mulheres com deficiência.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13362.htm

LEI Nº 13.348, de 10 de outubro de 2016: Altera as Leis nos 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta de educação infantil, para incluir as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC e as crianças com deficiência e estabelecer novas regras de repasse do apoio financeiro, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que "Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências".
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13348.htm

LEI Nº 13.345, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016: Altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13345.htm

DECRETO Nº 8.869, de 5 de outubro de 2016: Institui o Programa Criança Feliz. (crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8869.htm

DECRETO de 31 de agosto de 2016: Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no revezamento da Tocha Paraolímpica dos Jogos Rio 2016.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Dsn/Dsn14407.htm

DECRETO Nº 8.816, DE 20 DE JULHO DE 2016: Regulamenta a Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016, para dispor sobre a reserva de assentos para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida. Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8816.htm

LEI Nº 13.284, DE 10 DE MAIO DE 2016: Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil; e altera a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009,

que “institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal”, e a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que “dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016”.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13284.htm

LEI Nº 13.277, de 29 de abril de 2016: Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13277.htm
DECRETO Nº 8.725, de 27 de abril de 2016: Institui a Rede Intersetorial de Reabilitação Integral e dá outras providências.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8725.htm

DECRETO de 27 de Abril de 2016: Institui o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência, no âmbito do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Dsn/Dsn14375.htm

DECRETO Nº 8.724, de 27 de abril de 2016: Institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e cria o seu Conselho Deliberativo, no âmbito do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8724.htm

LEI Nº 13.257, de 8 de março de 2016: Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012. (reduzir a desigualdade, priorizando a equidade e a inclusão sem discriminação da criança)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm

DECRETO Nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016: Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (com diretriz de acesso a todos)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8638.htm

LEI Nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015: Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13234.htm

LEI Nº 13.189, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015: Institui o Programa de Proteção ao Emprego - PPE. (prioridade à empresa que cumpre a cota de empregados com deficiência)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/l13189.htm

DECRETO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015: Convoca as Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos da Pessoa Idosa, de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Direitos Humanos.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/dsn/Dsn14278.htm

LEI Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015: Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm

LEI Nº 13.179, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015: Obriga o fornecedor de ingresso para evento cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13179.htm

DECRETO Nº 8.537, de 5 de outubro de 2015: regulamenta o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos por jovens de baixa renda, por estudantes e por pessoas com deficiência e estabelece os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8537.htm

LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

LEI Nº 13.087, de 12 de janeiro de 2015: concede pensão especial à atleta Lais da Silva Souza.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13087.htm

LEI Nº 13.085, de 8 de janeiro de 2015: dispõe sobre o Dia Nacional de Atenção à Dislexia. (16 de novembro)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13085.htm

LEI Nº 13.063, de 30 de dezembro de 2014: altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para isentar o aposentado por invalidez e o pensionista inválido beneficiários do Regime Geral da Previdência Social - RGPS de se submeterem a exame médico-pericial após completarem 60 (sessenta) anos de idade.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13063.htm

LEI Nº 13.061, de 22 de dezembro de 2014: institui o Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais. (dia 10 de outubro) Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13061.htm

LEI Nº 13.055, de 22 de dezembro de 2014: Institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dispõe sobre sua comemoração. (Dia 24 de abril)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13055.htm

DECRETO Nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014: Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8368.htm

LEI Nº 13.031, de 24 de setembro de 2014: dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13031.htm

LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014: Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos

de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (acessibilidade para pessoas com deficiência)
Fonte:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/L13019compilado.htm

LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. (estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, quilombolas e indígenas)Fonte:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

LEI Nº 13.002, de 20 de junho de 2014: Obriga a realização do Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua em Bebês.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13002.htm

LEI Nº 12.982, de 28 de maio de 2014: Altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12982.htm

LEI Nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014: Acrescenta § 9o ao art. 47 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12955.htm

LEI Nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013: dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12933.htm

DECRETO Nº 8.145, de 3 de dezembro de 2013: Altera o Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8145.htm

LEI COMPLEMENTAR Nº 142, de 8 de maio de 2013: Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp142.htm

DECRETO Nº 7.988, de 17 de abril de 2013: Regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõem sobre o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7988.htm

DECRETO Nº 7.984, de 8 de abril de 2013: Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. (15% dos recursos para o paradesporto)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm

LEI Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm

DECRETO Nº 7.824, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012: Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. (reserva de vagas para pessoas com deficiência)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm

DECRETO Nº 7.823, DE 9 DE OUTUBRO DE 2012: Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, quanto às instalações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7823.htm

LEI Nº 12.715, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012: Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui (...) o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde

da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; (...) e dá outras providências.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12715.htm

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. (reserva de vagas para estudantes com deficiência)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

LEI Nº 12.641, DE 15 DE MAIO DE 2012: Institui o dia 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12641.htm

LEI Nº 12.622, de 08 de maio de 2012: institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências. (dia 22 de setembro) Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12622.htm

LEI Nº 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012: Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. (atendimento a pessoas com deficiência)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm

LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012: Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. (acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm

DECRETO Nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011: Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI. (produtos para pessoas com deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7660.htm#a

r t6

DECRETO Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011: Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm

DECRETO Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm

LEI Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011: institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. (para pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e menores em cumprimento de ações socioeducativas)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm

LEI Nº 12.470, de 31 de agosto de 2011: altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o art. 21-A à Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12470.htm

LEIº 12.424, de 16 de junho de 2011: altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. (prioridade para famílias de pessoas com deficiência e pelo menos 3% de casas acessíveis)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm

LEIº 12.378, de 31 de dezembro de 2010: regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs. (atuação na acessibilidade)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm

LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010: Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. (ampliação ao acesso, uso de tecnologias

específicas, programas para pessoas com deficiência)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm

LEI Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010: Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm

DECRETO Nº 7.256, DE 4 DE AGOSTO DE 2010: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Gratificações de Representação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, e dá outras providências. (direitos da pessoa com deficiência, secretaria nacional, Conade)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7256.htm

LEI Nº 12.303, de 2 de agosto de 2010: Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha).
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12303.htm

DECRETO Nº 7.234, de 19 de julho de 2010: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. (acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm

DECRETO Nº 7.219, DE 24 DE JUNHO DE 2010: Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. (educação de pessoas com deficiência)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm

LEI Nº 12.266, de 21 de junho de 2010: Institui o Dia Nacional do Sistema Braille (dia 08 de abril).
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12266.htm

DECRETO Nº 7.212, DE 15 DE JUNHO DE 2010: Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. (isenção a pessoas portadoras de deficiência) Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm

DECRETO Nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010: Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. (materiais didáticos acessíveis aos alunos da educação especial e editais com previsão de formatos acessíveis)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm

DECRETO Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009: Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. (crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas com deficiência, pessoas moradoras de rua, povos indígenas, populações negras e quilombolas, ciganos, ribeirinhos, varzanteiros e pescadores, entre outros).
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm#art7

LEI Nº 12.135, de 18 de dezembro de 2009: Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase. (último domingo de janeiro)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12135.htm

LEI Nº 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009: Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; (...) e dá outras providências. (habilitação, reabilitação e integração social da pessoa com deficiência)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm

LEI Nº 12.073, DE 29 DE OUTUBRO DE 2009: Institui o dia 10 de dezembro como o Dia da Inclusão Social. (10 de dezembro)
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12073.htm

LEI Nº 12.035, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009: Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada a aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L12035.htm

DECRETO Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Promulga a Convenção

Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

DECRETO Nº 6.932, de 11 de agosto de 2009: Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a "Carta de Serviços ao Cidadão" e dá outras providências. (condições mínimas a serem observadas pelas unidades de atendimento, em especial no que se refere a acessibilidade)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6932.htm

LEI Nº 12.008, de 29 de julho de 2009: Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica. (prioridade a pessoas com deficiência e/ou doenças graves)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12008.htm

LEI Nº 11.796, de 29 de outubro de 2008: Institui o Dia Nacional dos Surdos. (dia 26 de setembro)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm

LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008: Dispõe sobre o estágio de estudantes. (10% das vagas e duração superior a 2 anos para estudantes com deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22

DECRETO Nº 6.523, de 31 de julho de 2008: Regulamenta a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC. (acesso das pessoas com deficiência auditiva ou de fala)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6523.htm

LEI Nº 11.605, de 5 de dezembro de 2007: Institui o Dia Nacional do Teste do Pezinho a ser comemorado no dia 6 de junho de cada ano.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11605.htm

DECRETO Nº 6.253, de 13 de novembro de 2007: Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. (cômputo das matriculas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm#art25

DECRETO DE 26 DE SETEMBRO DE 2007: Institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de avaliar o modelo de classificação e valoração das deficiências utilizado no Brasil e definir a elaboração e adoção de um modelo único para todo o País.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/dnn/Dnn11354.htm

DECRETO Nº 6.214, de 26 de setembro de 2007: Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei no 10.741, de 1o de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6214.htm#art4

LEI Nº 11.506, DE 19 DE JULHO DE 2007: Institui a data de 16 de novembro como o Dia Nacional dos Ostomizados.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11506.htm

LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007: Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. (Educação Especial)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm

DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007: Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela

melhoria da qualidade da educação básica. (inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais)
Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm

DECRETO Nº 6.044, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2007: Aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDDH, define prazo para a elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e dá outras providências. (não-discriminação por motivo de deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6044.htm

DECRETO Nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006: Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional. (diária para acompanhante de servidor com deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5992.htm.

DECRETO Nº 5.904, DE 21 DE SETEMBRO DE 2006: Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5904.htm

LEI Nº 11.303, de 11 de maio de 2006: Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Múltipla.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11303.htm

LEI Nº 11.133, de 14 de julho de 2005: institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. (dia 21 de setembro)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11133.htm

LEI Nº 11.126, de 27 de junho de 2005: Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm

LEI Nº 11.124, DE 16 DE JUNHO DE 2005: Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho
Gestor do FNHIS. (quotas para deficientes)

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm

DECRETO Nº 5.773, de 9 de maio de 2006: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. (plano de promoção de acessibilidade e de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79

DECRETO Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005: Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Educação Especial a distância) Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm

DECRETO Nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005: regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. (limite de idade e critérios de escolaridade para aprendizes com deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm

DECRETO Nº 5.493, de 18 de julho de 2005: regulamenta o disposto na Lei n o 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – PROUNI. (percentual legal destinado a políticas afirmativas de acesso de portadores de deficiência ou de autodeclarados negros)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5493.htm

LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005: Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. (estudantes portadores de deficiência)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm

DECRETO Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004: Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece

normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

LEI Nº 10.891, de 9 de julho de 2004: Institui a Bolsa-Atleta. (modalidades paralímpicas)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.891.htm#anexo

DECRETO Nº 5.085, DE 19 DE MAIO DE 2004: Define as ações continuadas de assistência social. (atendimento sucessivo e periódico à pessoa portadora de deficiência)
Fonte:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5085.htm

LEI Nº 10.845, de 5 de março de 2004: Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.845.htm

LEI Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003: Institui a Política Nacional do Livro. (formatos acessíveis a pessoas com deficiência visual)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.753.htm

LEI Nº 10.708, de 31 de julho de 2003: Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.708.htm

LEI Nº 10.671, de 15 de maio de 2003: Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. (acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida, meio de transporte para condução de idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência física aos estádios)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.671.htm

DECRETO Nº 4.228, de 13 de maio de 2002: Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências. (afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência)

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm

LEI Nº 10.456, de 13 de maio de 2002: Institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma. (26 de maio)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10456.htm

LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002: Institui o Código Civil. (testemunho, matrimônio, curatela, tomada de decisão apoiada para a pessoa com deficiência)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm

Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001: Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm

LEI Nº 10.226, de 15 de maio de 2001: Acrescenta parágrafos ao art. 135 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10226.htm

LEI Nº 10.216, de 6 de abril de 2001: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm

LEI Nº 10172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (educandos com necessidades especiais, educação especial, integração das pessoas portadoras de deficiência) Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

DECRETO Nº 3.691, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000: Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3691.htm

LEI Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm

LEI Nº 10.050, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2000: Altera o art. 1.611 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 – Código Civil, estendendo o benefício do § 2o ao filho necessitado portador de deficiência.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10050.htm

LEI Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000: Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm

DECRETO Nº 3.637, de 20 de outubro de 2000: Institui a Rede Nacional de Direitos Humanos. (Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3637.htm

LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000: Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. (atendimento a deficientes e suas instituições de assistência social)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9998.htm

DECRETO Nº 3.327, DE 5 DE JANEIRO DE 2000: Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e dá outras providências. (entidades de portadores de deficiência e de patologias especiais) Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3327.htm

DECRETO Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999: Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

DECRETO Nº 3.076, DE 1º DE JUNHO DE 1999: Cria, no âmbito do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, e dá outras providências.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3076.htm

DECRETO No 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999: Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. (reingresso no mercado de trabalho e no meio em que vivem, habilitação e reabilitação, reserva de vagas de emprego, serviços gratuitos de assistência social, educativos e de saúde para portadores de deficiência)

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm

LEI Nº 9.867, de 10 de novembro de 1999: Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. (programas de apoio a pessoas em desvantagem)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm

LEI Nº 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. (prioridade na tramitação) Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm

DECRETO Nº 2.682, DE 21 DE JULHO DE 1998: Promulga a Convenção nº 168 da OIT, relativa à Promoção do Emprego e à Proteção contra o Desemprego. (fomentar o emprego de deficientes físicos)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2682.htm

LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998: Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. (condição de pessoa com deficiência) Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9656.htm

DECRETO Nº 2.592, DE 15 DE MAIO DE 1998: Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público. (acesso para deficientes auditivos, da fala e que usam cadeira de rodas)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2592.htm

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998: Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. (adaptação de obras para pessoas com deficiência)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997: Institui o Código de Trânsito Brasileiro. (habilitação para motorista com deficiência, travessia de pedestres com deficiência)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm

LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (educação especial)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 1996: Cria, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação - GTEDEO, e dá outras providências. Fonte: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/DNN/Anterior_a_2000/1996/Dnn3903.htm

LEI Nº 9.092, DE 12 DE SETEMBRO DE 1995: Destina a renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal à Federação Nacional das APAEs e determina outras providências.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9092.htm

LEI Nº 9.045, de 18 de maio de 1995: Autoriza o Ministério da Educação e do Desporto e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres "braille", e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9045.htm

LEI Nº 9.029, de 13 de abril de 1995: Proíbe a exigência de atestado de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9029.htm

LEI Nº 9.010, DE 29 DE MARÇO DE 1995: Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9010.htm

LEI Nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995: Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas

portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8989.htm

DECRETO Nº 1.330, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994: Dispõe sobre a concessão do benefício de prestação continuada, previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1330.htm

LEI Nº 8.899, de 29 de junho de 1994: Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8899.htm

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

LEI Nº 8.687, de 20 de julho de 1993: Retira da incidência do Imposto de Renda benefícios percebidos por deficientes mentais.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1989_1994/L8687.htm

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. (contratação de associação de portadores de deficiência física)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

LEI Nº 8.642, DE 31 DE MARÇO DE 1993: Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Pronaica e dá outras providências. (assistência a crianças e adolescentes portadores de deficiência)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l8642.htm

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991: Restabelece princípios da Lei n° 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. (formato acessível, acesso a todos)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm

LEI Nº 8.213, de 24 de julho de 1991: Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. (reserva de vagas, benefícios da

previdência social)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm

LEI Nº 8.212, de 24 de julho de 1991: Dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências. Lei Orgânica da Seguridade Social (empresas com empregados portadores de deficiência)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm

DECRETO Nº 129, de 22 de maio de 1991: Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0129.htm

LEI Nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991: dispõe sobre a Caracterização de Símbolo que Permita a Identificação de Pessoas Portadoras de Deficiência Auditiva.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8160.htm

LEI Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990: Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. (reserva de vagas nos concursos públicos, redução da carga horária de trabalho aos servidores com deficiência ou seus responsáveis)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm#art253

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (crianças e adolescentes portadores de deficiência)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

DECRETO Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990: promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. (necessidades especiais da criança deficiente)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm

LEI Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989: Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm

LEI Nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988: Altera a legislação do imposto de

renda e dá outras providências. (isenções a pessoas com deficiências e/ou doenças graves)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7713.htm

LEI Nº 7.405, de 12 de novembro de 1985: torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7405.htm

LEI Nº 7.070, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982: Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providencias. (Síndrome de Talidomida)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7070.htm

LEI Nº 6.782, DE 19 DE MAIO DE 1980: Equipara ao acidente em serviço a doença profissional e as especificadas em lei para efeito de pensão especial e dá outras providências.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6782.htm

LEI Nº 6.538, de 22 de junho de 1978: dispõe sobre os Serviços Postais. (cecograma para pessoas cegas)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6538.htm

LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974: Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6194.htm

DECRETO-LEI Nº 1.044, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969: Dispõe sôbre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm

DECRETO Nº 57.654, DE 20 DE JANEIRO DE 1966: Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agôsto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agôsto de 1965. (os julgados incapazes)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d57654.htm

LEI Nº 4.613, DE 2 DE ABRIL DE 1965: Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de

defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns.
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4613.htm

DECRETO Nº 54.188, DE 24 DE AGOSTO DE 1964: Institui a Semana Nacional da Criança Excepcional. (21 a 28 de agosto)
Fonte:
https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54188-24-agosto-1964-394252-publicacaooriginal-1-pe.html

LEI Nº 4.169, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1962: Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4169.htm

DECRETO Nº 968, DE 7 DE MAIO DE 1962: Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate à Lepra no País, e dá outras providências.
Fonte:
https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-968-7-maio-1962-352366-publicacaooriginal-1-pe.html

LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961: Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Educação de Excepcionais)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm

LEI Nº 3.738, DE 4 DE ABRIL DE 1960: Assegura pensão especial à viúva de militar ou funcionário civil atacada de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave. Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3738.htm

LEI Nº 909, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1949: Autoriza a emissão especial de selos em benefício dos filhos sadios dos lázaros.
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0909.htm

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943:Aprova a consolidação das leis do trabalho. (aprendizes e trabalhadores portadores de deficiência) Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940: Código Penal. (crime, injúria, fraude ou violência, aliciamento contra pessoa portadora de

deficiência)
Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

DECRETO Nº 24.559, DE 3 DE JULHO DE 1934: Dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção á pessôa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências.Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24559.htm

DECRETO Nº 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932: Decreta o Código Eleitoral. (voto a cegos alfabetizados)
Fonte:
https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-feve r eiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html

LEI Nº 35, DE 26 DE JANEIRO DE 1892: Estabelece o processo para as eleições federais. (incapacidade física ou moral)
Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1851-1900/l0035-1892.htm

LEI Nº 939, DE 26 DE SETEMBRO DE 1857: FIXA DESPESA E ORÇA RECEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1858-1859. (reconhece o Instituto dos Surdos-Mudos)
Fonte: https://legis.senado.leg.br/norma/542530/publicacao/15775618

DECRETO Nº 1.428, de 12 de Setembro de 1854: Crea nesta Côrte hum Instituto denominado Imperial Instituto dos meninos cegos.
Fonte:
https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html